DADOS RELATIVOS AOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO RECEBIDOS NA OUVIDORIA DO TRE-DF EM 2023

1. Quanto à data de protocolo e atendimento:

Mês	Quant.	Protocolo	Data Recebimento	Setor	Data Consulta	Data Retorno	Data Resposta	Atendimento (dias úteis)	Atendimento (dias corridos)
Jan23	***	***	***	***	***	***	***	***	***
Fev23	***	***	***	***	***	***	***	***	***
Mar23	1	8710	3/03/23	***	***	***	6/03/23	1	3
Abr23	***	***	***	***	***	***	***	***	***
Mai23	2	8814	1º/05/23	***	***	***	15/05/23	10	14
		8845	25/05/23	SGP	26/05/23	21/06/23	23/06/23	19	29
Jun23	***	***	***	***	***	***	***	***	***
Jul23	***	***	***	***	***	***	***	***	***
Ago23	***	***	***	***	***	***	***	***	***
Set23	3	8934	31/08/23	***	***	***	11/09/23	5	11
		8939-8940	3/09/23	SJU / VPCRE	11/09/23	21/09/23	21/09/23	12	18
		8958	22/09/23	***	***	***	26/09/23	2	4
Set23	1	8963	27/09/23	***	***	***	2/10/23	3	5
Out23	1	8986	9/10/23	SEGED	9/10/23	26/10/23	27/10/23	12	18
Nov23	1	9012	30/11/23	GDG	13/12/23	19/12/23	19/12/23	12	19

OBS: No acumulado anual, tem-se que oito ocorrências foram respondidas em até 20 dias (88,9%) e uma antes de 30 dias (11,1%).

2. Quanto ao assunto objeto da demanda:

Protocolo	Assunto
8710	H51 - Cargos providos e vagos por especialidade e manual com descrição dos cargos do TRE-DF
8814	H51 - Quantitativo de cargos policiais judiciais
8845	H51 - Atribuições de técnico judiciário - área de atividade administrativa
8934	H51 - Cargo analista judiciário - especialidade psicologia
8939 - 8940	J60 - Dados a respeito de possíveis casos de violência política de gênero autuados no TRE-DF
8958	H51 - Cargo analista judiciário - especialidade tecnologia da informação
8963	LAI - E29 – Resultado das Eleições – Repositório dados eleitorais – Estatísticas eleitorais – Painéis estatísticos
8986	N85 - Repositórios Arquivísticos Digitais - Acesso Autos Referentes ao SIGAD - Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDCArq
9012	LAI - N94 - Processos em andamento ou arquivados que apurem condutas sobre violência política de gênero (Lei 14.192/2021)

3. Quanto ao detalhamento da solicitação e a resposta à demanda:

<p>Ocorrência 8710:</p> <p><u>Mensagem:</u></p> <p>Prezados, com fundamento na Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações Públicas) venho requerer o acesso aos dados da quantidade de cargos existentes ocupados e vagos de Analista Judiciário - Apoio Especializado - Estatística, visto a previsão de concurso para o órgão.</p> <p><u>Resposta:</u></p> <p>Em atenção ao seu relato, apresentamos os seguintes documentos:</p> <p>1 - Planilha contendo o quantitativo de cargos providos e vagos por especialidade deste eg. TRE-DF (Fev23);</p> <p>2 - Resolução TSE nº 20761/2001, que dispõe sobre a regulamentação da descrição e especificação dos cargos efetivos das carreiras judiciárias, no âmbito da Justiça Eleitoral.</p>

Destacamos, ainda, que a planilha é dinâmica e, por diversos motivos, poderá sofrer alterações a qualquer momento.

Atenciosamente,

[Ouvidoria TRE-DF](#)

[Participe da Pesquisa de Satisfação](#)

Ocorrência 8814:

Mensagem:

Prezados, com a finalidade de levantamento de informações para trabalho acadêmico e com base na Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei 12.527), regulamentada pela Resolução nº 215/15 do CNJ, solicito o quantitativo de cargos de Policiais Judiciais (Agentes e Inspectores) previstos em lei no âmbito do TRE-DF e quais concursos para servidor já houve para o referido Tribunal Eleitoral.

Resposta:

Em atenção ao seu relato, comunicamos que o TRE-DF dispõe de 8 (oito) cargos de Técnicos Judiciários - Agente da Polícia Judicial, inclusive todos providos no momento.

Além disso, resta informar que o TRE-DF ainda não promoveu concurso próprio.

Atenciosamente,

[Ouvidoria TRE-DF](#)

[Participe da Pesquisa de Satisfação](#)

Ocorrência 8845:

Mensagem:

Sirvo-me do presente expediente, com fulcro na Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação para solicitar a esse Egrégio Tribunal Eleitoral do Distrito Federal o que segue. Tomando como base a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, solicito expressamente a manifestação deste Tribunal sobre a seguinte questão: em relação aos servidores públicos, integrantes da carreira de Técnico Judiciário, de nível médio, à época entre 1/9/2012 e 31/12/2017, é possível se afirmar para o exercício das atividades relacionadas abaixo era exigida formação de nível superior? Certa do atendimento deste pedido, solicito respeitosamente deferimento.

Resposta:

Em atenção à mensagem de Vossa Senhoria, a Ouvidoria encaminhou o seu relato para a análise da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, a qual apresentou o seguinte pronunciamento:

“Em atendimento ao solicitado, informo que, no âmbito da Justiça Eleitoral, as atribuições de Técnico Judiciário, Área de Atividade - Administrativa, estão descritas e especificadas na Resolução TSE nº 20.761/2000, publicada no Diário da Justiça de 12/2/2001, quais sejam:

- Executar atividades de análise e conciliação de contas; efetuar o controle contábil, orçamentário e financeiro; à classificação e avaliação de despesas; elaborar cálculos;
 - Instruir procedimentos administrativos e elaborar relatórios, informações, atos e documentos internos e externos e outros instrumentos de suporte gerência;
 - Acompanhar a publicação da legislação relacionada com sua área de atuação e organizá-la sistematicamente;
 - Acompanhar as matérias e a documentação sob sua responsabilidade, propor alternativas e promover ações para o alcance dos objetivos da organização;
 - Executar atividades relacionadas com o planejamento operacional e a execução de projetos, programas e planos de ação;
 - Promover o atendimento aos clientes internos e externos;
 - Executar as suas atividades de forma integrada com as das demais unidades da Secretaria do Tribunal, contribuindo para o desenvolvimento das equipes de trabalho;
 - Operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados, na execução de suas atividades;
 - Executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito de suas atribuições.
- Desse modo, em resposta ao questionado, informo que são as atribuições supracitadas as exigidas para as atividades indicadas. Secretaria de Gestão de Pessoas”.

Por fim, importa mencionar que demandas que exigem a análise de caso concreto devem ser protocoladas formalmente neste Tribunal, até mesmo utilizando o endereço eletrônico nuceap@tre-df.jus.br, a fim de permitir a tramitação do procedimento administrativo pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), oportunidade em que deverão ser juntados os documentos necessários para o detalhamento do caso, inclusive de identificação do requerente.

Atenciosamente,

[Ouvidoria TRE-DF](#)

Participe da Pesquisa de Satisfação

Ocorrência 8934:

Mensagem:

Prezados, Amparado na Lei nº 12527/2011 (Lei de Acesso à Informação), requero as informações a seguir: 1) Há cargos no Analista Judiciário - Especialidade Psicologia no TRE DF? 2) Há previsão de criação de cargo de Analista Judiciário - Especialidade Psicologia pelo Excelentíssimo Presidente da instituição? 3) Há indicação de aproveitamento de candidatos aprovados no concurso do TJDFT para o cargo supramencionado no TRE DF? Respeitosamente.

Resposta:

Diante dos seus questionamentos, comunicamos que não existe o cargo de analista judiciário na especialidade de psicologia no quadro do TRE-DF, inclusive não há previsão para que o mesmo seja instituído neste tribunal.

Atenciosamente,

[Ouvidoria TRE-DF](#)

Ocorrência 8939 - 8940:

Mensagem:

O INSTITUTO ALZIRAS, CNPJ 29.278.770/0001-82, dirige-se respeitosamente à Vossa Senhoria, em razão de desenvolvimento de pesquisa nos órgãos da Justiça Eleitoral, com o objetivo de apresentar o seguinte REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES - parte 1. 1. No período entre agosto de 2021 e junho de 2023, quantos processos/denúncias relacionados à violência política de gênero previsto no artigo 326-B Código Eleitoral foram recebidos, protocolados ou tramitam com os juízes eleitorais deste Estado e perante este Tribunal Regional Eleitoral? 2. Favor fornecer os números destes processos/denúncias para fins de acompanhamento processual (em formato ESAJ ou PJE), bem como os locais e varas de tramitação. 3. Dentre os processos/denúncias relacionados à violência política de gênero previsto no artigo 326-B do Código Eleitoral que foram recebidos, protocolados ou tramitam com os juízes eleitorais deste Estado e perante este Tribunal Regional Eleitoral Regional Eleitoral, algum deles partiu: I. De procedimentos instaurados em Assembleias Legislativas Estaduais? Em caso de resposta positiva, favor especificar os números destes processos/denúncias para fins de acompanhamento processual (em formato ESAJ ou PJE), bem como os locais e varas de tramitação. II. De processos//denúncias vindos da Justiça comum? Em caso de resposta positiva, favor especificar os números destes processos para fins de acompanhamento processual (em formato ESAJ ou PJE), bem como os locais e varas de tramitação. Em cumprimento ao artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, o acesso às informações requisitadas deve ser imediato. Não sendo possível o acesso imediato, a resposta, em conformidade com o referido artigo, deve ser expedida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do protocolo deste Requerimento junto a este Tribunal. Para o recebimento da resposta, comunico o seguinte endereço pesquisa.se@alziras.org.br.

Resposta: Ao INSTITUTO ALZIRAS (A/c. Sra. Maria Paula Russo Riva),

Diante do teor da mensagem abaixo, a Ouvidoria requereu a manifestação da Vice-presidência e Corregedoria Regional Eleitoral do DF, responsável pelos cartórios das zonas eleitorais do DF, quando obteve a resposta de que não há casos de denúncias ou autos registrados que envolvem os crimes indicados nos questionamentos apresentados a esta Ouvidoria em relação aos feitos que tramitam na 1ª instância desta Corte especializada. De forma semelhante, a Ouvidoria solicitou a análise do representante da Secretaria Judiciária do TRE-DF quanto aos feitos em 2ª Instância, quando obteve as seguintes respostas:

A) Este Tribunal possui algum sistema de catalogação interno específico das condutas descritas no artigo 326-B do Código Eleitoral, sobre casos de violência política de gênero? Em caso de resposta positiva, favor detalhar como está estruturado esse sistema de catalogação interno.

Não existe, no âmbito do segundo grau de jurisdição do TRE-DF, um sistema de catalogação específico das condutas descritas no artigo 326-B do Código Eleitoral, sobre casos de violência política de gênero. Entretanto, é possível a identificação no PJe de processos que versam sobre o tema por intermédio do registro do assunto "Violência contra a Mulher Candidata ou no Exercício de Mandato Eletivo", cujo código na Tabela Processual Unificada do Conselho Nacional de Justiça é o 15143.

B) Qual o fluxo processual dos processos/denúncias que chegam nos juízes eleitorais e neste Tribunal sobre a temática de violência política de gênero prevista no artigo 326-B do Código Eleitoral?

Eventuais ingressos, no Tribunal, de recursos que versam sobre o delito previsto no artigo 326-B do Código Eleitoral serão distribuídos a um relator que, após ouvir o Procurador Regional Eleitoral, irá submeter a matéria a julgamento do colegiado. Não existe previsão legal de rito específico ou diferenciado para os recursos que tratam sobre violência política de gênero.

C) No período entre agosto de 2021 e junho de 2023, quantos processos/denúncias envolvendo o crime de violência política previsto no artigo 359-P do Código Penal foram enviados à justiça comum por questões de competência?

Não houve o registro de casos, no âmbito do segundo grau de jurisdição, de remessa de processos à Justiça Comum decorrentes de declínio de competência envolvendo o crime tipificado no artigo 359-P do Código Penal no período apontado.

D) Favor especificar os números destes processos/denúncias para fins de acompanhamento processual (em formato ESAJ ou PJE), e indicar para qual(is) órgão(s) da justiça comum cada um desses processos foi encaminhado.

Prejudicado por não existir processos dessa natureza.

Atenciosamente,

[Ouidoria TRE-DF](#)

[Participe da Pesquisa de Satisfação](#)

Ocorrência 8958:

Mensagem:

Considerando a Lei de Acesso a Informação, consulto, por gentileza: qual a quantidade atual de cargos vagos de Analista Judiciário especialidade em Informática (ou áreas afins); se existe possibilidade de aproveitamento de fila no atual concurso válido do TRF1 (cadastro de reserva); e qual seria o procedimento para esse aproveitamento, caso seja possível. Obrigada

Resposta:

Diante do seu questionamento, comunicamos que, no momento, não existe cargo vago de analista judiciário na especialidade de tecnologia da informação no quadro do TRE-DF.

Atenciosamente,

[Ouidoria TRE-DF](#)

[Participe da Pesquisa de Satisfação](#)

Ocorrência 8963:

Mensagem:

Olá, Meu nome é Cedric Antunes, e sou pesquisador de mestrado em ciência política na FGV-SP. Sou filiado ao CEPESP-DATA, que é parte do Centro de Pesquisa em Economia e Política do Setor Público (FGV-SP), encabeçado pelo Professor George Avelino Filho. O CEPESP-DATA tem por objetivo facilitar o acesso integrado às bases de dados disponibilizadas pelo TSE em seu repositório de dados. Foi desenvolvido com apoio da

FAPESP ao projeto As Instituições Políticas Subnacionais: Um Estudo Comparativo dos Estados Brasileiros (processo: 2013/15658-1) e do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Escrevo, sob a Lei de Acesso à Informação (L12527/2011), solicitando os seguintes conjuntos de dados: • Votação nominal (número total de votos em candidatos) por município e zona para todas as eleições anteriores à 2008 • Votação em partido por município e zona para todas as eleições anteriores à 2008 • Votação por seção eleitoral para todas as eleições anteriores à 2008 • Eleitorado por local de votação: número de eleitores e endereço de todos os locais de votação (nome do local de votação, rua, CEP, município) para todas as eleições anteriores a 2008 Agradeço se o dado for disponibilizado em formato .csv (para Excel). Muito obrigado e sigo à disposição em necessidade de qualquer esclarecimento.

Resposta:

Comunicamos que a Justiça Eleitoral centraliza todos os dados nacionais relativos às eleições no [Repositório de Dados Eleitorais](#) mantido pelo TSE, onde está garantido o acesso do público a diversos arquivos com os dados das eleições, inclusive o resultado da votação nominal por município e zona ou votação em partido por município e zona, além do boletim de urna de cada seção em ambos os turnos da eleição. Para tanto, basta indicar o ano da eleição e acessar os arquivos de seu interesse.

Além disso, acesse os [resultados das eleições](#) divulgados pelo TSE ou o [Conjunto de Dados - Portal de Dados Abertos do TSE](#), a fim de complementar as informações.

Outras informações detalhadas sobre as eleições também foram centralizadas pelo TSE na página de [Estatísticas Eleitorais](#), quando deverá acessar os campos [Resultados - Consolidados](#) ou [Estatísticas de Votação](#), para, em seguida, utilizar os filtros na lateral esquerda para obter os dados do DF. Por oportuno, destacamos que o TRE-DF não dispõe de relatórios *onlines* com os endereços dos locais de votação, porquanto os mesmo podem ser alterados a cada eleição com a sobreposição dessas informações diretamente no cadastro nacional de eleitores. Contudo, a Ouvidoria encaminha anexo os arquivos dos locais de votação utilizados no DF desde o ano de 1998, quando ocorreu a primeira votação eletrônica com a utilização da urna eletrônica no DF.

Atenciosamente,

[Ouvidoria TRE-DF](#)

[Participe da Pesquisa de Satisfação](#)

Ocorrência 8986:

Mensagem:

Prezados, Me chamo Eva Brito, sou pesquisadora no Instituto Brasileiro de Inovação, Ciência e Tecnologia – IBICT. No Órgão supracitado, estamos realizando um levantamento de Instituições que tenham Repositórios Arquivísticos Digitais, como classificado na Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDCArq, motivo qual venho por meio deste portal de Informações ao Cidadão, baseado na Lei nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação, solicitar que seja disponibilizado digitalmente o processo de estudo e implementação do SIGAD, caso não tenha SIGAD, pode ser o SEI e Barramento, ou sistema utilizado para produção e tramitação documental, o Repositório Arquivístico e a plataforma de acesso aos documentos arquivísticos utilizado pelo TRT-DF. Esclarecendo que a pesquisa que estou realizando terá uma etapa de gestão de risco na implementação de repositórios digitais, gostaria de solicitar que seja disponibilizado inteiramente o(s) processo(s) de implementação dessas tecnologias. Por exemplo, desde o primeiro e-mail/memorando/ofício para compor grupo de trabalho para estudo da implementação de soluções

tecnológicas aplicadas a Arquivo até capacitação de pessoal para utilizar os sistemas. Quaisquer informações a mais que precisarem, estarei disponível. Fico no aguardo do retorno! Atenciosamente,

Resposta:

Em atenção ao seu relato, a chefia da Chefe da Seção de Gestão Documental, Arquivo, Biblioteca e Memória (SEGED) do TRE-DF informou:

Este Tribunal possui Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq instalado e em operação por meio dos softwares livres Archivematica e AtoM, inclusive o projeto de implantação foi capitaneado pela própria SEGED com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC).

A implementação dessa tecnologia, considerando os planos, projetos, cronogramas e decisões, ocorreu por meio dos PA's SEI:

> 0009555-55.2021.6.07.8100;

> 0000629-56.2019.6.07.8100; e

> 0004904-43.2022.6.07.8100.

Todos podem ser acessados por meio da Pesquisa Pública do SEI pelo link:

https://sei.tre-df.jus.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

O acesso a Plataforma de Difusão do RDC-Arq (AtoM) se encontra na página eletrônica do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal no Portal da Memória, acessível por meio do link: <https://acervodigital.tre-df.jus.br/>,

A plataforma possui milhares de registros que tratam de assuntos de caráter histórico e informativo desta Corte Eleitoral.

Atenciosamente,

Ouvidoria TRE-DF

Participe da Pesquisa de Satisfação

Ocorrência 9012:

Mensagem:

Excelentíssima autoridade responsável pelo fornecimento de dados – LAI, Eu, BIANCA MARIA GONÇALVES E SILVA, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília – PPGD UnB, na condição de mestranda, registro acadêmico nº 221100961, inscrita no CPF sob o nº 980.182.801-34, integrante do GT VPG da PGE desde a sua origem na condição de representante do Observatório de Violência Política contra a Mulher, desenvolvendo pesquisa acadêmica no âmbito do PPGD-UnB, cujo o tema é “Violência Política de gênero não-física: do reconhecimento à regulação”, sob a orientação do Professor Dr. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, venho solicitar à Vossas Excelências, nos termos da Lei 12.527/2011 (Lei de acesso à informação), o compartilhamento de dados dos eventuais processos em andamento ou arquivados que apurem condutas sobre violência política de gênero (Lei 14.192/2021). Dentre outros dados, gostaria de obter: 1) Acesso aos números dos processos em andamento ou já arquivados neste Tribunal, incluindo as Zonas Eleitorais. Caso não seja possível identificar o nome das vítimas, requer o fornecimento dos dados anonimizados, tais como cargo eventualmente ocupado, tipo de violência sofrida, etc. 2) Quais os tipos de violência

política de gênero são denunciadas; 3) Quais são os locais em que a violência política de gênero é cometida; 4) Qual foi o tratamento dado às denúncias realizadas; 5) Quais são os tipos de procedimentos em andamento ou arquivados (AIJE, AIME, Representação, AP, etc); 6) Há taxonomia no PJE do tema: violência política de gênero ou violência política contra a mulher? Havendo outros dados que possam ser compartilhados, roga-se também pelo seu envio. O objetivo da pesquisa é analisar os dados para avaliar a implementação e execução da Lei 14.192/2021, a ser desenvolvida na dissertação que será apresentada e defendida no primeiro semestre de 2024. A utilização dos dados servirá exclusivamente para fins acadêmicos.

Resposta:

Em atenção ao requerimento abaixo apresentado por Vossa Senhoria com base na Lei 12.527/11 (LAI), depois das manifestações das áreas que atuam na 1ª e 2ª Instâncias desta Corte Eleitoral, identificou-se apenas um processo em que se alegou a ocorrência de violência de gênero, qual seja, a RP 0601448-86.2022.6.07.0000, cujo representante é a Deputada Distrital Paula Belmonte e o representado o Senador Izalci Lucas, conforme autos que disponibilizamos acesso integral por meio do arquivo anexo, inclusive porque não tramitou em segredo de justiça.

Atenciosamente,

[Ouidoria TRE-DF](#)

[Participe da Pesquisa de Satisfação](#)